

V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

FONTES, DOCUMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS DE PESQUISAS

A constituição da família escrava nos assentos de batismo e matrimônio no Pontal do Triângulo Mineiro (1835-1875)

Túlio Andrade dos Santos¹

Resumo: O presente artigo faz parte dos trabalhos do Núcleo de Pesquisa sobre Escravidão em Minas Gerais (NEEMG) e Término de Conclusão de Curso (TCC), sobre documentação paroquial, como fontes para as pesquisas sobre a escravidão e constituição da família cativa na região do Triângulo Mineiro. Utilizando especificamente os registros de batismo e matrimônio da Capela de Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Campo Belo, antigo arraial de Campo Belo, atual município de Campina Verde, entre os períodos de 1835 a 1875, localizados na cúria da cidade de Ituiutaba, propõe problematizar e refletir sobre a importância, possibilidades e limites de tal documentação para as pesquisas sobre famílias escravas nas pequenas e médias propriedades do Triângulo Mineiro no século XIX.

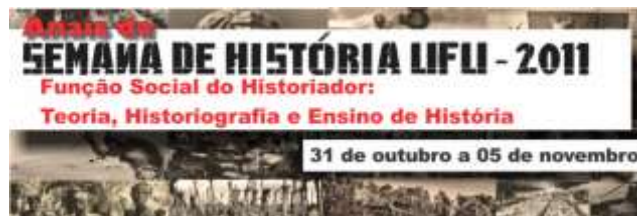
Palavras-chave: Fontes. Escravidão. Família.

Este artigo é resultado dos trabalhos do Núcleo de Estudos sobre Escravidão em Minas Gerais – NEEMG, que se dedica às pesquisas com documentação eclesiástica e cartorial referentes ao século XIX da região do Triângulo Mineiro, especificamente em livros paroquiais de registros de batismo, registros de Matrimônio, registros de óbito, livros Tombos e documentos cartoriais da região. É também resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), *Famílias cativas no Triângulo Mineiro (1835-1875): fontes, documentação e perspectivas de pesquisas*, defendido em julho de 2011².

Esta pesquisa com documentações eclesiásticas, busca analisar os registros de batismo e matrimônio de escravos, entre os períodos de 1835-1864 e 1847-1875 respectivamente, da

¹ Graduado em História, pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU/ Campus Pontal e membro do núcleo de Estudos sobre Escravidão em Minas Gerais - NEEMG.

²SANTOS, Túlio Andrade dos. *Famílias Cativas do Triângulo Mineiro (1835-1875): fontes, documentação e perspectivas de pesquisas*. 2011. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, 2011.



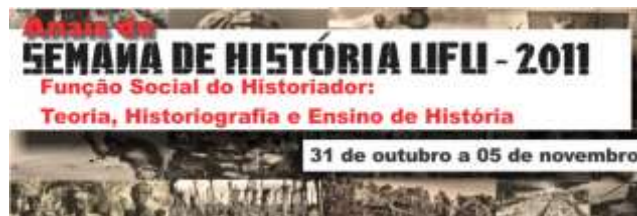
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

antiga capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Campo Belo, atual Paróquia de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, hoje cidade de Campina Verde, localizada no Pontal do Triângulo Mineiro, o qual propõe problematizar possibilidades e limites de constituição de famílias cativas no Triângulo Mineiro, no século XIX. Desse modo, procura-se analisar a organização familiar cativa, a partir das documentações de batismo e matrimônio no antigo arraial de Campo Belo, apresentando dados e reflexões sobre a presença de escravos na região.

O interesse pelo estudo sobre escravidão, no Pontal do Triângulo Mineiro – MG surgiu a partir de uma pesquisa feita, em 2008, para o NEEMG em livros de registros eclesiásticos do arquivo da Paróquia de São José, fundado em 1866, na cidade de Ituiutaba. O corpus documental não se limita somente os registros referentes à paróquia de Ituiutaba (antiga Paróquia de São José do Tijuco), mas compreendem os registros da Capela de Nossa Senhora Mãe dos homens, fundado em 1835, antigo arraial de Campo Belo, atual município de Campina Verde e a Paróquia de São Francisco de Sales, fundada em 1850, no município como o mesmo nome, relativo à segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, é necessário considerar que até o início do século XIX as paróquias do Triângulo Mineiro pertenciam ao bispado de Goiás, os quais estavam sujeitas, à autoridade eclesiástica do bispo daquela prelazia. Situação esta que prevaleceu até o ano de 1809, quando foi fundada a diocese de Uberaba, assumindo, assim, a responsabilidade e administração religiosa por todo Triângulo Mineiro, sendo que somente mais tarde criou-se a diocese de Uberlândia. Dessa forma, provavelmente boa parte da documentação eclesiástica sobre a região, ainda se encontram em paróquias e dioceses do atual estado de Goiás.

Em relação à documentação cartorial, é preciso também ressaltar a conformação geo-administrativa na região para o período abordado. Em meados da segunda metade do século XIX, os arraiais de Campo Belo, São Francisco de Sales e também o arraial de Monjolinho, passaram a ser conhecido como Distrito de Rio Verde, pelo fato de se localizarem entre o rio Verde e afluente do rio Grande. Portanto, nesse período as administrações destes arraiais transferiram-se para a comarca de Prata, que havia sido elevado a cidade em “novembro de 1873” (BARBOSA, 1995, p. 270). Através da transferência administrativa, as paróquias



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

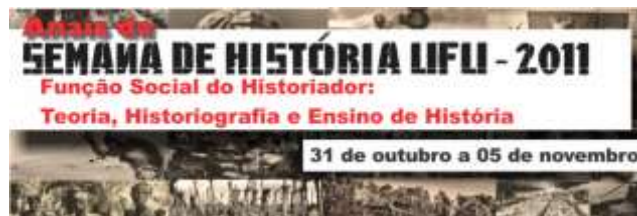
dessas regiões citadas, inclusive da cidade de Ituiutaba – embora não pertencesse ao Distrito de Rio Verde –, permaneceram ligadas até o início do século XIX, quando começaram os processos de desmembramentos. Assim, encontram - se nos cartórios e no Fórum da cidade de Prata um número significativo de testamentos de registros de terras, listas de escravos e inventários *post-mortem*.

Já no século XX, especificamente na década de 80, fundou-se a diocese de Ituiutaba, reunindo um importante acervo de livros de registros de batismo, livros de registro de matrimônio, livros de registro óbitos e livros Tombos de algumas paróquias da região, sendo as mais antigas as paróquias das atuais cidades de Campina Verde e de Ituiutaba.

Dessa forma, as pesquisas com fontes paroquiais – incluindo os documentos como assentos de batismo, matrimônio e óbito, livros Tombos – e cartoriais, assim como as lista nominativas e mapas de população, entre outros, referentes ao século XVIII e XIX possibilitam importantes estudos sobre populações e famílias cativas no Brasil. Temática esta que, a partir dos registros paroquiais, listas nominativas, mapas de população, censos antigos entre outros, se consolidou no Brasil como objeto de estudo legítimo muito recentemente, a partir da década de 1970, de forma a se contrapor a estudos publicados nos decênios anteriores, sobretudo nas décadas de 1960, por um grupo de intelectuais que ficou conhecido como a “*Escola de Paulista de Sociologia*” (ROCHA, 2006, p. 176).

A análise desta documentação no campo das pesquisas em escravidão possibilita então colocar em evidência sujeitos, que, apesar de marginalizados, e ao contrário do que afirmava a historiografia tradicional, forjavam importantes estratégias que possibilitava significativo domínio sobre suas vidas, sendo a constituição de relações familiares uma das mais importantes.

No Brasil, os estudos sobre a escravidão começaram a se difundir aproximadamente nas décadas de 1950 e 1960. Os autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Emilia Viotti da Costa, entre outros, questionaram e criticaram o quadro apresentado por Freyre, que, segundo Suely Robles, de Queiróz (1998), representou a escravidão brasileira de forma “amenizada em relação a outros países escravocratas” (QUEIRÓZ, 1998, p.103).



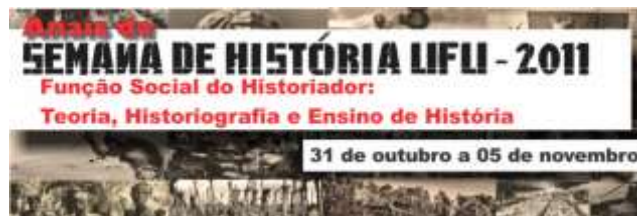
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Esses historiadores, alguns ligados a Escola Paulista de Sociologia, visavam à oportunidade de se estudar a escravidão a partir da ótica do próprio escravo, isto é, adentrar as comunidades escravas e vislumbrar realidades antes inexploradas na história da escravidão no país. Os novos estudos, iniciados ainda na década de 1960, tinham como iniciativa criticar a visão de Freyre, enfatizando a violência do sistema escravista, se opondo ao mito da brandura do senhor em relação à convivência pacífica ou até mesmo harmoniosa com o escravo. Contrapondo as idéias de Freyre, eles apontam que o sistema escravista tinha efeitos tão deletérios, que retirava dos escravos a própria humanidade.

A introdução de novos estudos, sobre escravidão no Brasil, as novas formas de se discutir, refletir e analisar a escravidão a partir dos sujeitos históricos, ou seja, de homens, mulheres e crianças na condição social de escravos, contribui para a análise das características da constituição familiar cativa, principalmente a relação da “família extensa” (ROCHA, 2004, p.23) descrita no trabalho de Freyre, onde a esposa, os filhos e os agregados se encontram na proteção do “pai - senhor”, constituindo a única forma familiar.

Apesar de tudo, o estudo sobre a família cativa, ainda não se constitui em um dos temas mais debatidos e discutidos na historiografia brasileira, os quais questões em torno da construção de laços entre escravos e senhores, que proporcionaria, sobretudo, em pequenos e médios plantéis, uma relativa relação de reciprocidade entre senhores e escravos, cujo objetivo por parte destes últimos se constitua em conquista de dimensões de liberdade; fatores econômicos que poderiam provocar ampliação das escravarias e que possivelmente resultavam no aumento das famílias; a consolidação de gerações familiares nos mesmos plantéis ao longo do tempo; a legitimidade das uniões recorrente do acesso do escravo ao casamento formal entre cativos mediante a autorização senhorial; o batismo e o matrimônio na formação de laços de compadrio sejam entre livres, escravos ou libertos; a importância do parentesco espiritual dentro da família escrava, entre tantas outras possibilidades temáticas.

Contudo, novos tipos de fontes comprovam a existência da família cativa desde o período colonial, proporcionando pesquisas que colocam em evidência as possibilidades de organizações familiares entre escravos, com certa estabilidade e longevidade no tempo. Por isso, outros trabalhos, utilizando diversas fontes – listas nominativas, relatos de viajantes,



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

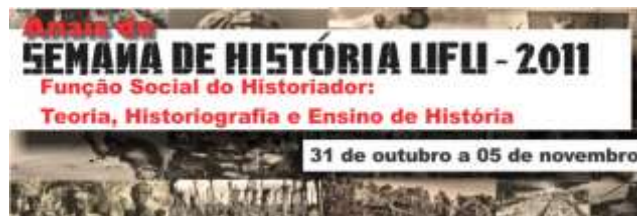
mapas de população, registros paroquiais etc. – procuram identificar e pesquisar as diversas possibilidades de famílias cativas existentes em determinadas localidades e períodos, em grandes, médias e pequenas propriedades.

Entretanto, o *corpus* documental a que se ateu este artigo se encontra incompleto e com grandes lacunas entre um período e outro, o que nos obriga ressaltar que seus resultados são provisórios, espera-se que as reflexões contidas neste artigo, contribuam para a discussão sobre a família cativa não só na região do Triângulo Mineiro, mas também para Minas Gerais como um todo.

Desse modo, os registros de batismo e matrimônio, de diferentes maneiras, revelam as possibilidades de constituição das famílias cativas. Os livros de assentamentos de matrimônio, por si só revelam as famílias estáveis e constituídas no âmbito da Igreja por meio do reconhecimento do matrimônio. Por outro lado, os registros de batismo também apontam para a existência desta família cativa estável ao identificar nos registros dos batizados a condição de “filhos legítimos” para crianças nascidas de pais que contraíram matrimônio no âmbito da Igreja. Revelando assim, que esta criança fazia parte de uma família “estável”. Entretanto, este mesmo documento, ao identificar como filhos naturais crianças de pais cativos que não contraíram matrimônio na Igreja, revela possibilidades de outras formas de união, relações consensuais, perenes, construídas a partir de outros arranjos, relações de amor, de afetuosidade e cumplicidade, em vários casos, e ao seu modo, não menos “estáveis”, porém não reconhecida pela Igreja.

Porém, salienta-se a presença desta segunda forma de união requer uma investigação e o diálogo com uma diversidade maior de fontes, além dos registros de batismo. Fontes que não foram agregadas a esta pesquisa. Portanto, pretende-se aqui ater somente à formação de famílias escravas ditas estáveis, destacando que para a família ser reconhecida pela Igreja, havia uma gama de possibilidades de relações que construíam sociabilidades, solidariedades e ajuda mútua no sentido de se criar certo sentido familiar entre cativos.

Dessa maneira, os documentos analisados nesta pesquisa são referentes a dois livros de registros: um de batismo e outro de matrimônio da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, no antigo arraial de Campo Belo, entre os períodos de 1835-1864 e de 1847-1875



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

(com algumas lacunas entre as datas) respectivamente. Sendo assim, foram assentados no livro de batismo aproximadamente 458 registros de escravos – totalizando crianças, homens e mulheres adultos – e 28 registros de matrimônio para o período correspondente, conforme as TABs 01 e 02.

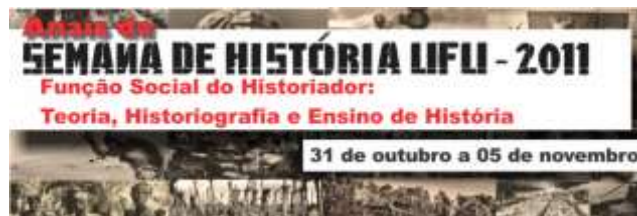
TABELA 01 – Batismo de Escravos por ano – Capela de Campo Belo

Ano	Nº de Registros
1835-1839	80
1840-1849	192
1850-1859	153
1860-1864	33
TOTAL	458

Fonte: Livro 01 de Batismo de Campo Belo, Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 1835-1864.

TABELA 02- Casamentos de escravos por ano – Capela de Campo Belo

Ano de Casamento	Nº de registros
1847-1849	06
1850-1859	21
1875	01
Total	28



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Fonte: Livro 01 de Matrimônio de Campo Belo, Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 1847-1875.

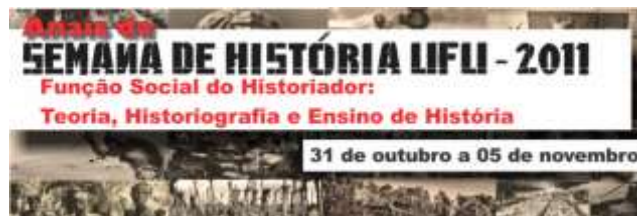
Com isso, nos assentos de batismo estão registrados os inocentes – designação de batismo de crianças até sete anos de idade, isto é, crianças que não possuíam conhecimento ou consciência de sua condição social e não estavam aptos para o trabalho – escravos adultos e casamentos de escravos, em um livro único, que juntos somam um total de 486 registros de batismo e matrimônio, separados somente por data e ano do batismo e/ou do casamento.

O livro referente à Paróquia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Campo Belo, não existe distinção entre escravos e homens livres, isto é, havia em um único livro para batizar tanto escravos, libertos e pessoas livres. As datas dos livros encontram-se fora de ordem cronológica, principalmente o livro de matrimônio em que as datas possuem grandes lacunas entre um período e outro.

Apesar disso, os registros eclesiásticos muitas vezes seguem, ou pelo menos deveriam seguir, regras básicas instituídas pela “legislação sinodal” (LOTT, 2008, p.2), ou seja, normas eclesiásticas de registros que identificam a distinção entre um registro de batismo, casamento e óbito, entre livres e escravos. Mas, a análise dos documentos referentes à Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens Campo Belo – atual Paróquia de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa –, como também da Igreja Matriz de São José em Ituiutaba, revelou que não existia naquelas paróquias uma separação entre os registros de escravos e de pessoas livres, isto é, em um único livro registravam-se tanto escravos quanto a população livre em geral.

Por outro lado, observa-se nos registros de batismo possui certo padrão de descrição, sendo comuns para todo o corpus documental os seguintes dados: nome do batizando, do pai (caso fosse declarado), nome da mãe e dos padrinhos acrescidos dos termos escravos, pardos ou livres, a cor da criança, idade, condição social (escravo), condição de legítima (fruto de uma relação sacramentada pelo matrimônio) ou natural (fruto de uma relação consensual, não sacramentada).

Assim, alguns registros podem estar descritos da seguinte forma:



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

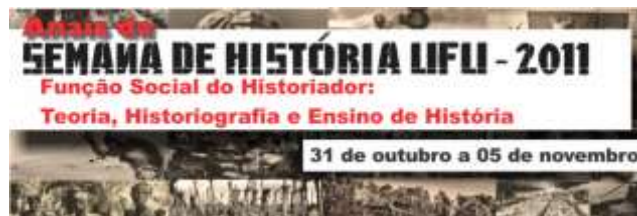
Aos vinte dias do mês de novembro de mil oitocentos e quarenta e dois, baptizei á Joaquim, com quinze dias de idade, filho legitimo de João Congo e D. Moreira Crioula. Foram Padrinhos: Pedro Ferreira Lemes e D. Antonia Maria da Conceição. O Pe. José Martins do Rego. (Livro 01 de batismo da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 1842, p. 55).

Nesse caso, em 1842, foi batizado o escravo Joaquim, com 15 dias de idade, filho legítimo, portanto, fruto de um casamento reconhecido pela Igreja, de João Congo e D. Moreira Crioula, cujos padrinhos Pedro Ferreira Lemes e D. Antonia Maria da Conceição, eram livres. O interessante neste registro é a colocação dos termos “congo” e “crioula” para designar supostas origens dos escravos, que ao mesmo tempo, não informa exatamente as “etnias africanas ou identidades culturais” (GRAÇA FILHO; PINTO; MALAQUIAS, 2007, p. 201), mas, por um lado, poderia tratar-se de um escravo supostamente africano e uma escrava nascida no Brasil (crioula).

Além do mais, os “termos como “cabinda”, “angola”, “mina”, etc. são construções dos colonizadores, e não são, necessariamente, traduções de identidades africanas” (CORRÊA, 2006, p. 10). Isso quer dizer que tais termos não designavam os nascimentos de negros no continente africano, mas o local que supostamente foi embarcado na condição de escravos, que posteriormente poderiam ser incorporado tanto pelo escravo, quanto pelo senhor, tomando parte de uma nova identidade.

De toda forma, sabe-se que os pais de Joaquim eram escravos porque acrescidos dos seus nomes constam apenas as diferenciações “Congo” e de “Crioula”, enquanto seus padrinhos eram livres, pois a mesma identificação não consta em seus nomes. Continuando nesta linha de investigação, acrescenta-se o fato de não constar os sobrenomes dos pais cativos, sendo o primeiro nome seguido apenas por “de Congo” e “Crioula”, ao passo que os padrinhos tinham nome e sobrenomes, o que atesta sua condição de pessoas livres, pois mesmo que fossem libertos, não teriam sobrenome.

Já os registros de matrimônios são os mais detalhados, pois neles consta a função do pároco ao realizar o casamento e o local em que este se realizou que provavelmente era a



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

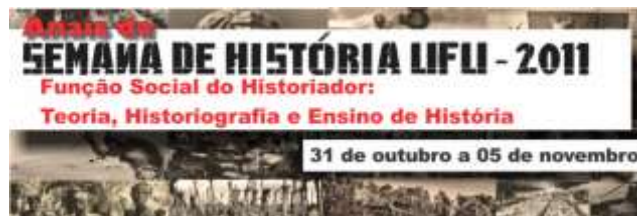
igreja ou a capela, juntamente com a licença do superior, assinados pelas testemunhas, pelo pároco ou sacerdote que assistiu ao casamento.

Dessa forma, o registro poderia ser descrito assim:

Aos trinta e um de agosto de mil oitocentos e quarenta e sete, em terras de Anselmo Vieira Velho, fazenda da Ressaca, o Reverendo José Thomáz Moreira de Sousa, sacerdote da Congregação da Missão brasileira, recebeu á face da Igreja, depois de tomar os depoimentos verbais, em matrimonio aos contratantes Benedicto e Rita, escravos de Domingos Vieira Velho, e lhe conferiu as bênçãos nupciais. Sendo testemunhas Anselmo Vieira Velho e sua mulher Anna Rosa Umbelina. Para constar, fiz este assento e termo no que me assigno, Campo Belo, aos doze de agosto de mil oitocentos e cincoenta. Pe. Antonio Valeriano Gonçalves de Andrade. Pe. da Missão. (Livro 01 de Matrimônio da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 1847, p.).

Neste registro apresenta a realização do matrimônio de Benedicto e Rita, em 1847, ambos escravos de Domingos Vieira Velho, na fazenda da Ressaca, de propriedade de Anselmo Vieira Velho, casamento em que o Reverendo José Thomáz Moreira de Sousa recebeu o matrimônio dos escravos. O interessante nos registros de casamentos, é que era função do pároco, responsável por determinada paróquia, realizar o matrimônio da população local. No entanto, o casamento de Benedicto e Rita foi realizado em um local fora das dependências da Igreja e validado somente em 1850, quando assinado pelo responsável por aquela paróquia, o padre Antonio Valeriano Gonçalves de Andrade.

Provavelmente, na ocasião do casamento, o padre Antonio Valeriano, responsável pela paróquia de Campo Belo, se encontrava fora da cidade ou a paróquia estava sem um pároco responsável, sendo o matrimônio realizado pelo reverendo José Thomáz, isto é, o registro de casamento só ocorreu três anos depois quando o pároco pôde assiná-lo e consecutivamente validando-o. Entretanto, manteve-se e respeitou-se a data original das bênçãos da Igreja.



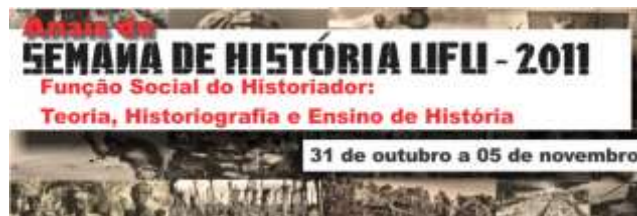
V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Sendo assim, o casamento de Benedicto e Rita por três anos teve valor apenas religioso, tendo que esperar este tempo para ser oficialmente regularizado pela Igreja. Este fato induz a pensar que era da vontade de todos, inclusive dos seus proprietários e da igreja, que o casamento de Benedicto e Rita se realizasse logo, mesmo tendo que esperar por sua validação. Isto também reforça a suposição que o matrimônio e sua consequente geração de filhos eram de interesse também dos proprietários de cativos, em uma região em que o crescimento natural era o maior responsável pelo aumento da população cativa.

Outro forte indício que reforça a convergência de interesses da classe proprietária de Campo Belo em possibilitar casamentos entre seus escravos como forma de aumento de seus plantéis, isto é, o fato de o casamento de Benedicto e Rita ter sido realizado na fazenda Ressaca, de propriedade de Anselmo Vieira Velho que, a considerar pelos sobrenomes, era parente de Domingos Vieira Velha, proprietário de Benedicto e Rita e, que os padrinhos foram exatamente Anselmo Vieira Velho e sua esposa. Ou seja, a família Vieira Velho estava empenhada em casar o casal de cativos.

Outra peculiaridade se relaciona ao fato de constar no assentamento o nome do proprietário, atestando posse dos escravos e, ao mesmo tempo, a união de escravos de uma mesma propriedade, sendo mesmo muito difíceis casamentos entre escravos de fazendas diferentes, o que dificultaria a rotina de trabalho e, quando tivessem filhos, a partilha destes entre proprietários diferentes seria um sério problema. Embora a documentação e historiografia sobre posse de escravos já revelou a existência de escravos que pertencia a dois proprietários.

Contudo, além de apresentar algumas peculiaridades em relação à estruturação da documentação de batismo e matrimônio, ou seja, a forma como são descritos os personagens ou sujeitos contidos nos registros, o diálogo entre a documentação ressalta a importante análise sobre a capacidade de os escravos constituírem famílias no século XIX, em regiões de baixo aquecimento econômico. A pesquisa de TCC (Término de Conclusão de Curso), em trabalho conjunto com o NEEMG (Núcleo de Estudos Sobre Escravidão em Minas Gerais) procurou analisar o tipo de organização familiar cativa, a partir das documentações de batismo e matrimônio no antigo arraial de Campo Belo, apresentando dados e reflexões sobre



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

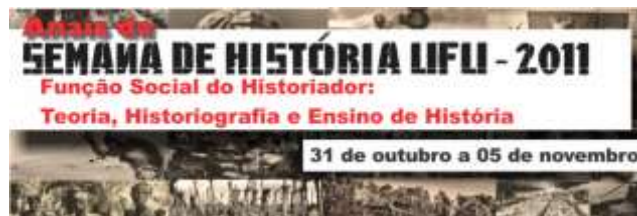
a presença de escravos na região. Nessa perspectiva, na pesquisa foram analisadas as formas como são descritos os escravos nos registros de batismo, além da análise da relação entre a classificação de legítimos e naturais, a idade média dos batismos, a fim de identificar a capacidade de reprodução natural dos cativos e a escolha dos padrinhos que condicionavam formas de proteção e solidariedade entre os mesmos.

Além do mais, nos registros de matrimônio mostrar-se-á a possibilidade de constituição familiar estáveis entre os cativos, através da formalização e validação do casamento pela Igreja, ou seja, a formação da família conjugal dita como “estável” perante a permissão do proprietário e o sacramento da Igreja. Com isso, pretendeu-se tecer, de forma ainda não conclusiva, as possibilidades de os cativos constituírem famílias, em um primeiro momento como estáveis, com base nas documentações analisadas, contrapondo à historiografia tradicional sobre a ausência de famílias estáveis durante todo o período escravocrata brasileiro. Assim, busca-se relacionar as vantagens e limites de tal documentação para as pesquisas sobre família escrava na região do Triângulo Mineiro, mostrando a inserção do arraial de Campo Belo, bem como em outras regiões da Província de Minas Gerais, na dinâmica escravista do século XIX.

Referências Bibliográficas:

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: _____. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 07-38.

FREIRE, Jonis. O parentesco e a estabilidade das famílias escravas nas Minas Gerais Oitocentista. In: XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2010, Diamantina - MG. Anais do XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2010. p. 01-24. Disponível em:



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

<http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A035.pdf>.

Acesso em: 05 nov. 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. A influência paulista na formação econômica e social Triângulo Mineiro. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004. p. 01-20. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A065.PDF>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.

LOTT, Mirian Moura. Registros paroquiais: mudanças e permanências - século XIX. In: II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas, 2006, Dourados - MS. Anais do II Simpósio Internacional sobre religiões, religiosidades e culturas. Dourados: Editora UFMS, 2006. p. 01-08 Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/fontesparoquiais.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2009.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. A Oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro(1750 – 1861). Uberlândia, Edufu, 2005. p. 17-279 (358 p.).

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1804). In: COSTA, Iraci del Nero da. Brasil: História Econômica e Demográfica. São Paulo, IPE/USP, 1986 (Relatórios de Pesquisa, 27). p. 157-172.

LIBBY, Douglas Cole. Transformação e Trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no Século XIX. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988. p. 13-26.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 1º ed. Bragança: Universidade São Francisco/Contexto, 1998, v. 01. p. 103-118.

ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 184 p.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas: Campinas, século XIX. In: *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 26, n. 52, p.175-192, dez. 2006. ISSN 0102-0188. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882006000200008>. Acesso em: 05 jan. 2011.

SANTOS, Túlio Andrade dos. *Famílias Cativas do Triângulo Mineiro (1835-1875): fontes, documentação e perspectivas de pesquisas*. 2011. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, 2011.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39-62.

SLENES, Robert W.; FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e o Trabalho. In: *Revista Tempo*, Niterói – Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 01-07, dez. 1998. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-4.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2010.

Fontes:



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Livro 01 de batismo da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Campo Belo, 1835-1864.

Livro 01 de matrimônio da Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, Campo Belo, 1847-1875.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310